

IDEAU

CONTABILIDADE AMBIENTAL E SUA RELEVÂNCIA PARA AS EMPRESAS SUSTENTÁVEIS

ENVIRONMENTAL ACCOUNTING AND ITS RELEVANCE TO SUSTAINABLE COMPANIES

LA CONTABILIDAD MEDIOAMBIENTAL Y SU IMPORTANCIA PARA LAS EMPRESAS SOSTENIBLES

Maria Aparecida da Silva

Graduanda em Ciências Contábeis, Faculdade Conceito Educacional (FACCON), Arcoverde, Pernambuco, Brasil. E-mail: c.ida0311@hotmail.com

Athaylan Gomes de Lima

Especialista em Ciências Contábeis, Faculdade Conceito Educacional (FACCON), Arcoverde, Pernambuco, Brasil.
E-mail: athaylan_cont@outlook.com

RESUMO

A Contabilidade Ambiental tem se consolidado como um importante instrumento de gestão para empresas comprometidas com a sustentabilidade, pois possibilita identificar, mensurar, registrar e evidenciar os impactos ambientais decorrentes das atividades empresariais. Este estudo tem como objetivo analisar a relevância da Contabilidade Ambiental para organizações sustentáveis, destacando sua contribuição para a gestão estratégica, a transparência das informações contábeis e a tomada de decisões. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza descritiva e explicativa, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica e análise documental, com base em livros, artigos científicos, legislações e normas contábeis relacionadas ao tema, utilizando a Petrobras como exemplo ilustrativo de aplicação prática. Os resultados demonstram que a Contabilidade Ambiental favorece o gerenciamento de riscos, o cumprimento da legislação ambiental, a evidenciação de provisões e passivos ambientais e o fortalecimento da governança corporativa. Conclui-se que sua adoção contribui para a competitividade, a responsabilidade socioambiental e a criação de valor sustentável, consolidando-se como uma ferramenta estratégica indispensável para empresas que buscam alinhar desempenho econômico, preservação ambiental e compromisso social.

Palavras-chave: Contabilidade Ambiental. Sustentabilidade. Gestão Ambiental. Governança Corporativa. ESG.

DOI:10.55905/raciv5n2-002

Submitted on: 7.17.2026 | Accepted on: 7.21. 2026 | Published on: 7.29. 2026

ABSTRACT

Environmental Accounting has established itself as an important management tool for companies committed to sustainability, as it enables the identification, measurement, recording, and disclosure of the environmental impacts resulting from business activities. This study aims to analyze the relevance of Environmental Accounting for sustainable organizations, highlighting its contribution to strategic management, the transparency of accounting information, and decision-making. The research is characterized as qualitative, descriptive, and explanatory, developed through a literature review and document analysis based on books, scientific articles, legislation, and accounting standards related to the topic, using Petrobras as an illustrative example of practical application. The results demonstrate that Environmental Accounting promotes risk management, compliance with environmental legislation, the disclosure of environmental provisions and liabilities, and the strengthening of corporate governance. It is concluded that its adoption contributes to competitiveness, socio-environmental responsibility, and the creation of sustainable value, establishing itself as an indispensable strategic tool for companies seeking to align economic performance, environmental preservation, and social commitment.

Keywords: Environmental Accounting. Sustainability. Environmental Management. Corporate Governance. ESG.

RESUMEN

La contabilidad medioambiental se ha consolidado como un importante instrumento de gestión para las empresas comprometidas con la sostenibilidad, ya que permite identificar, medir, registrar y poner de manifiesto los impactos medioambientales derivados de las actividades empresariales. El objetivo de este estudio es analizar la relevancia de la contabilidad medioambiental para las organizaciones sostenibles, destacando su contribución a la gestión estratégica, la transparencia de la información contable y la toma de decisiones. La investigación es de carácter cualitativo, descriptivo y explicativo, y se ha llevado a cabo mediante una revisión bibliográfica y un análisis documental, basándose en libros, artículos científicos, legislación y normas contables relacionadas con el tema, utilizando a Petrobras como ejemplo ilustrativo de aplicación práctica. Los resultados demuestran que la contabilidad medioambiental favorece la gestión de riesgos, el cumplimiento de la legislación medioambiental, la contabilización de provisiones y pasivos medioambientales y el fortalecimiento del gobierno corporativo. Se concluye que su adopción contribuye a la competitividad, la responsabilidad socioambiental y la creación de valor sostenible, consolidándose como una herramienta estratégica indispensable para las empresas que buscan armonizar el rendimiento económico, la preservación del medio ambiente y el compromiso social.

Palabras clave: Contabilidad Medioambiental. Sostenibilidad. Gestión Medioambiental. Gobernanza Corporativa. ESG.

1 INTRODUÇÃO

A preocupação com a sustentabilidade e a responsabilidade socioambiental tem mudado a forma como as empresas trabalham, exigindo atenção não só aos resultados financeiros, mas também aos impactos sociais e ambientais de suas atividades. Nesse cenário, a contabilidade ambiental se destaca como uma ferramenta importante para registrar, controlar e comunicar os efeitos das operações das empresas sobre o meio ambiente, ajudando na tomada de decisões mais conscientes e responsáveis.

O Triple Bottom Line (TBL) é um conceito que reforça essa ideia, avaliando as empresas por três dimensões: econômica, social e ambiental. Isso mostra que é possível buscar lucro, cuidar das pessoas e preservar o meio ambiente ao mesmo tempo. Além disso, normas contábeis como o CPC 25 ajudam a registrar corretamente as obrigações e responsabilidades ambientais, garantindo que as informações contábeis sejam confiáveis e transparentes.

Este trabalho tem como objetivo analisar como a contabilidade ambiental é aplicada em empresas brasileiras, mostrando sua importância para a gestão sustentável e a tomada de decisões estratégicas. Também busca identificar os conceitos principais dessa prática e os benefícios que ela traz, mostrando como a contabilidade pode contribuir para negócios mais conscientes e responsáveis.

1.1 JUSTIFICATIVA

Empresas que adotam a contabilidade Ambiental, conseguem gerenciar com maior precisão seus gastos e benefícios ambientais em suas tomadas de decisões, contribuindo assim com as questões socioambientais empresarias, atuando na identificação de riscos ambientais associados às suas operações, esta ferramenta tem como relevante auxílio na mensuração e divulgação destes impactos, evidenciando com transparência suas responsabilidades com a sustentabilidade dentro de suas organizações.

Com a Contabilidade Ambiental nas empresas que buscam a sustentabilidade, é possível gerenciar através de dados específicos os impactos

ambientais que as organizações geram em suas atividades. Sendo de grande auxílio contábil na mensuração, identificação e divulgação de informações, que contribui em uma gestão atuante junto a legalidade e ética, no contexto empresarial e social.

1.2 PROBLEMA DE PESQUISA

Qual a importância da Contabilidade Ambiental em empresas comprometidas com a sustentabilidade empresarial?

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Examinar como a Contabilidade Ambiental nas empresas contribui para uma prestação de informações transparentes para com os stakeholders, sendo ele internos e externos.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- **Apontar** os conceitos que fundamentam a contabilidade ambiental, mostrando sua evolução no contexto sustentável das empresas.
- **Mapear** as principais práticas e instrumentos contábeis, e assim mensurar e evidenciar os impactos ambientais causados por suas atividades.
- **Examinar** de que forma, as informações geradas através da Contabilidade Ambiental nas empresas possam afetar sua imagem institucional e com os stakeholders.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 CONCEITO DE CONTABILIDADE AMBIENTAL

A Contabilidade Ambiental surgiu como resposta à necessidade de registrar, mensurar e evidenciar os impactos ambientais das atividades empresariais. Segundo Ribeiro (2010), trata-se de um ramo da contabilidade que busca identificar, mensurar e evidenciar os eventos econômicos relacionados ao meio ambiente, fornecendo informações transparentes para a tomada de decisão. Para Tinoco e Kraemer (2011), a contabilidade ambiental tem como propósito integrar os aspectos financeiros e ambientais, de forma que a contabilidade se torne instrumento de apoio à sustentabilidade.

Costa (2012, p. 29) a define:

“Pode-se definir contabilidade ambiental como o estudo do patrimônio ambiental, bens, direitos e obrigações ambientais das entidades. Seu objetivo é fornecer aos seus usuários internos e externos, informações sobre os eventos ambientais que causam modificações na situação patrimonial, bem como realizar sua identificação, mensuração e evidenciação.”

Em complemento, Ferreira (2020) argumenta que a contabilidade ambiental representa uma evolução na função tradicional da contabilidade, pois amplia o foco econômico-financeiro para incluir a dimensão ecológica das atividades empresariais. Essa abordagem permite que as organizações quantifiquem seus custos e benefícios ambientais, promovendo uma visão mais ampla da sustentabilidade corporativa. Nesse sentido, a contabilidade ambiental atua como um elo entre o desempenho econômico e o desempenho socioambiental das empresas, fortalecendo o conceito de responsabilidade corporativa.

3.2 SUSTENTABILIDADE NAS EMPRESAS

O conceito de sustentabilidade no ambiente empresarial está diretamente relacionado à adoção de práticas que conciliem o crescimento econômico com a preservação ambiental e o bem-estar social. Esse equilíbrio é fundamental para garantir que as organizações alcancem seus objetivos econômicos sem comprometer os recursos naturais e as gerações futuras. De acordo com Elkington (1997), a sustentabilidade corporativa está fundamentada no modelo do Triple Bottom Line, que compreende três dimensões interdependentes: a econômica, a social e a ambiental. Esse modelo propõe que o desempenho de uma empresa não deve ser avaliado apenas pelos resultados financeiros, mas também pelo impacto que ela gera sobre a sociedade e o meio ambiente.

Para Barbieri (2016), a incorporação da sustentabilidade nas práticas empresariais representa uma mudança de paradigma na gestão corporativa, pois contribui não apenas para a preservação ambiental, mas também para o fortalecimento da competitividade, a melhoria da imagem institucional e o aumento da confiança de investidores e consumidores. Empresas que adotam estratégias sustentáveis demonstram comprometimento ético e responsabilidade social, aspectos que se tornaram diferenciais relevantes em um mercado cada vez mais exigente e consciente.

Nesse mesmo sentido, Sachs (2019) ressalta que a sustentabilidade empresarial requer uma abordagem integrada, na qual as organizações devem internalizar os custos ambientais e sociais de suas operações, reconhecendo que esses fatores fazem parte do verdadeiro custo de produção. Essa perspectiva implica a adoção de políticas de governança corporativa baseadas em princípios de ética, transparência e responsabilidade socioambiental, elementos essenciais para o desenvolvimento sustentável de longo prazo.

Nesse contexto, a contabilidade ambiental assume papel fundamental ao fornecer instrumentos capazes de mensurar, registrar e evidenciar as informações relacionadas às práticas sustentáveis adotadas pelas empresas. Por meio dela, torna-se possível avaliar o desempenho ambiental das organizações, identificar custos e benefícios associados à sustentabilidade e apoiar gestores na tomada de decisões mais conscientes e equilibradas entre o lucro e a responsabilidade socioambiental.

Além disso, a contabilidade ambiental contribui para o atendimento das exigências globais de sustentabilidade, como as previstas na Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), que estabelece os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Assim, as empresas que integram a sustentabilidade à sua gestão contábil e estratégica não apenas cumprem seu papel social, mas também se posicionam de forma competitiva e responsável diante das transformações econômicas e ambientais do século XXI.

3.3 INSTRUMENTOS DA CONTABILIDADE AMBIENTAL

A contabilidade ambiental possui instrumentos específicos que permitem às empresas evidenciar sua atuação voltada à sustentabilidade. Dentre os principais, destacam-se: o Balanço Social, os Relatórios de Sustentabilidade (baseados em modelos como o Global Reporting Initiative – GRI), a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), prevista na Lei nº 11.638/2007, e as Provisões e Passivos Ambientais, regulamentados pelo CPC 25. Segundo Tinoco e Kraemer (2011), o uso desses instrumentos amplia a transparência e oferece informações úteis para investidores, gestores e sociedade.

Nos últimos anos, observou-se um avanço na padronização dos relatórios corporativos integrados, especialmente com a criação do International Sustainability Standards Board (ISSB), em 2021, que visa unificar a divulgação de informações financeiras e não financeiras. De acordo com Oliveira e Silva (2022), a integração entre relatórios contábeis e relatórios de sustentabilidade fortalece a confiabilidade das demonstrações e aumenta o engajamento dos stakeholders. Dessa forma, os instrumentos da contabilidade ambiental não apenas cumprem função de registro, mas também de comunicação estratégica sobre o desempenho socioambiental das empresas.

3.4 LEGISLAÇÃO E NORMAS RELACIONADAS

A contabilidade ambiental está amparada por um conjunto de legislações, normas e princípios que visam orientar as organizações quanto ao reconhecimento, mensuração e divulgação de informações relacionadas às suas práticas ambientais. No Brasil, a legislação ambiental é considerada uma das mais abrangentes do mundo, tendo como marco principal a Lei nº 6.938/1981, que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), estabelecendo diretrizes para a preservação e recuperação dos recursos naturais. Além dela, outras legislações, como a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 225, reforçam o direito de todos a um meio ambiente ecologicamente equilibrado e impõem às empresas o dever de reparar danos ambientais decorrentes de suas atividades.

No campo contábil, diversas normas buscam incorporar a variável ambiental à prática profissional. Dentre elas, destaca-se o Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, que orienta sobre o reconhecimento de obrigações e incertezas que possam afetar o patrimônio e o resultado das entidades. De acordo com esse pronunciamento, as provisões devem ser reconhecidas quando existir uma obrigação presente resultante de eventos passados, cuja liquidação envolva uma provável saída de recursos e possa ser estimada com razoável confiabilidade. Já os passivos

contingentes referem-se a obrigações possíveis, dependentes de eventos futuros incertos, sendo apenas divulgados em notas explicativas.

No contexto da contabilidade ambiental, o CPC 25 assume grande relevância, pois permite o reconhecimento de provisões ambientais, como gastos com recuperação de áreas degradadas, tratamento de resíduos ou cumprimento de obrigações impostas por órgãos fiscalizadores. Por exemplo, uma indústria petroquímica que cause contaminação do solo deve reconhecer uma provisão ambiental para cobrir os custos de descontaminação e restauração do local, uma vez que essa obrigação decorre de um evento passado e sua ocorrência é provável. Essa abordagem ilustrativa demonstra como os princípios do CPC 25 podem ser aplicados de forma prática à gestão ambiental, evidenciando que a contabilidade não se restringe ao registro econômico, mas também cumpre papel essencial na transparência e responsabilidade socioambiental das empresas.

Além disso, o CPC 09 (Demonstração do Valor Adicionado) e o CPC 26 (Apresentação das Demonstrações Contábeis) reforçam a importância de divulgar informações que expressem o impacto social e ambiental das atividades empresariais. Essas normas ampliam o alcance da contabilidade ambiental, permitindo que a sociedade compreenda de que forma as empresas geram e distribuem riqueza, e como administram os efeitos de suas ações sobre o meio ambiente.

3.5 RELEVÂNCIA ESTRATÉGICA

A contabilidade ambiental desempenha papel estratégico nas organizações modernas. Barbosa e Souza (2019) destacam que sua adoção contribui para a construção de uma imagem institucional positiva, além de agregar valor à marca. Ao evidenciar seus impactos ambientais de forma transparente, a empresa demonstra responsabilidade socioambiental e conquista a confiança dos stakeholders. Além disso, a contabilidade ambiental auxilia no gerenciamento de riscos ambientais, reduz custos relacionados a desperdícios e multas, e contribui para a melhoria da eficiência operacional. Nesse sentido, torna-se um diferencial competitivo no mercado atual, onde consumidores e investidores valorizam práticas empresariais sustentáveis.

Segundo Andrade e Oliveira (2021), a contabilidade ambiental evolui de uma função meramente registradora para um instrumento de planejamento estratégico, permitindo às empresas antecipar riscos, identificar oportunidades e alinhar suas operações às metas de sustentabilidade. Ela também atua como suporte à governança corporativa, fornecendo informações que embasam decisões de investimento responsável (ESG – *Environmental, Social and Governance*). Assim, a contabilidade ambiental consolida-se como ferramenta essencial para a construção de modelos de negócios mais éticos, transparentes e sustentáveis.

4 METODOLOGIA

4.1 NATUREZA DA ABORDAGEM DA PESQUISA

Esta pesquisa caracteriza-se como qualitativa, com abordagem descritiva e explicativa. O estudo visa compreender as análises contábeis das organizações por meio da Contabilidade Ambiental, identificando, mensurando e evidenciando os reflexos ambientais causados pelas atividades exercidas em empresas comprometidas com a sustentabilidade e com a sociedade em geral.

4.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos adotados são de natureza bibliográfica e documental, baseados em artigos científicos, livros e legislações. Visando relacionar a teoria com as práticas reais de sustentabilidade corporativa, a investigação inclui uma abordagem ilustrativa que utiliza a Petrobras como exemplo prático de organização de grande porte, sem configurar um estudo de caso formal.

Como complemento, realizou-se uma análise documental com base em fontes oficiais da referida companhia, utilizando o *Painel ASG – Documento complementar ao Relatório de Sustentabilidade 2024*. Foram coletados dados quantitativos sobre emissões de gases de efeito estufa (Escopos 1, 2 e 3),

reinação de carbono (CCUS), consumo de água doce, geração de resíduos e incidentes ambientais. Esses indicadores foram empregados para correlacionar as práticas de gestão divulgadas com os conceitos teóricos e o reconhecimento de provisões e passivos ambientais conforme o CPC 25.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este capítulo apresenta a consolidação dos achados obtidos por meio da revisão bibliográfica e documental, em alinhamento com a metodologia adotada. Em seguida, realiza-se a comparação desses achados com a Fundamentação Teórica estabelecida no Capítulo 3, culminando na discussão dos resultados e no atendimento dos objetivos propostos.

5.1 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A Contabilidade Ambiental é um ramo que busca registrar, mensurar e evidenciar os eventos econômicos relacionados ao meio ambiente, fornecendo informações transparentes para a tomada de decisão. Sua finalidade é integrar os aspectos financeiros e ambientais, apoiando a sustentabilidade empresarial.

A sustentabilidade, no contexto corporativo, baseia-se no modelo *Triple Bottom Line*, que abrange as dimensões econômica, social e ambiental. A incorporação de práticas sustentáveis eleva a competitividade e constrói uma imagem positiva da empresa.

Os instrumentos contábeis identificados como relevantes para evidenciar a atuação sustentável das empresas incluem:

- **Balanco Social:** Para evidenciar ações sociais e ambientais.
- **Relatórios de Sustentabilidade (GRI):** Utilizados para ampliar a transparência.
- **Demonstração do Valor Adicionado (DVA):** Obrigatória e introduzida pela Lei nº 11.638/2007.
- **Provisões e Passivos Ambientais (CPC 25):** Regulamentam a mensuração de riscos e passivos ambientais.

A legislação brasileira reforça essa necessidade, garantindo o direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado (CF/88, Art. 225) e impondo responsabilidade objetiva às empresas. O não cumprimento da legislação, como a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981) e a Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/1998), acarreta sanções.

Como exemplo ilustrativo, a Petrobras, por ser uma organização de grande porte e com impacto ambiental significativo, demonstra a aplicação desses conceitos. A análise de seus documentos públicos revela a utilização de instrumentos como Relatórios de Sustentabilidade e o reconhecimento de Provisões e Passivos Ambientais, alinhados ao CPC 25. Essa abordagem visa relacionar a teoria da Contabilidade Ambiental com práticas reais de sustentabilidade corporativa.

5.2 COMPARAÇÃO COM A TEORIA

Os achados da pesquisa confirmam as definições de Contabilidade Ambiental apresentadas na Fundamentação Teórica. Costa (2012, p. 29) a define como o estudo do patrimônio ambiental, com o objetivo de fornecer informações a usuários internos e externos sobre eventos ambientais que modificam a situação patrimonial. O levantamento de instrumentos, como Balanço Social e Relatórios GRI, corrobora o objetivo de *evidenciação* e *transparência* defendido por Tinoco e Kraemer (2011).

A relevância estratégica da Contabilidade Ambiental, abordada por Barbosa e Souza (2019), é verificada pela capacidade da ferramenta de:

- Contribuir para a construção de uma imagem institucional positiva.
- Gerenciar riscos ambientais.
- Reduzir custos relacionados a desperdícios e multas.
- Conquistar a confiança dos *stakeholders*.

Portanto, o uso de práticas como a DVA e o CPC 25 — instrumentos que são a conexão entre o campo contábil e a responsabilidade legal — demonstra que as empresas sustentáveis estão alinhadas com o princípio da sustentabilidade corporativa de conciliar desempenho econômico com a

responsabilidade social e ambiental, conforme Elkington (1997) e Barbieri (2016).

5.3 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Este capítulo apresenta a consolidação dos achados obtidos por meio da revisão bibliográfica e documental, analisando-os à luz da fundamentação teórica e relacionando-os com as práticas observadas nas empresas. A seção busca não apenas descrever conceitos, mas também discutir de forma crítica os desafios e as perspectivas da aplicação da contabilidade ambiental no contexto corporativo brasileiro.

A contabilidade ambiental tem se mostrado uma ferramenta essencial para a transparência e a sustentabilidade empresarial, pois permite identificar, mensurar e evidenciar os impactos ambientais decorrentes das atividades das organizações. Entretanto, sua implementação ainda enfrenta diversos desafios, tanto estruturais quanto culturais.

Um dos principais desafios enfrentados pelas empresas é a falta de padronização na mensuração e divulgação das informações ambientais. Embora existam normas e diretrizes, como o CPC 25, o CPC 09 e as normas ISO 14001 e ISSB, muitas empresas ainda não as aplicam de forma consistente, principalmente por falta de capacitação técnica e desconhecimento dos benefícios de sua adoção. Essa ausência de uniformidade dificulta a comparabilidade entre relatórios e compromete a transparência das informações prestadas aos stakeholders. Outro obstáculo é a resistência por parte de alguns gestores, que ainda percebem a contabilidade ambiental como um custo adicional, e não como um investimento estratégico. Essa resistência está associada à visão tradicional de que a sustentabilidade gera despesas, quando na realidade, conforme destacam Barbieri (2016) e Barbosa e Souza (2019), a integração da variável ambiental na contabilidade pode reduzir riscos, prevenir multas e fortalecer a reputação da empresa. Assim, a contabilidade ambiental deve ser compreendida como um instrumento de vantagem competitiva e de perenidade empresarial.

Do ponto de vista legal, a aplicação prática da legislação ambiental ainda é um desafio significativo. Apesar de o Brasil possuir um arcabouço normativo robusto como a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981), a Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/1998) e o art. 225 da Constituição Federal de 1988, muitas vezes a efetividade dessas leis é limitada por falhas na fiscalização e pela demora nos processos administrativos e judiciais. Isso leva a uma percepção de impunidade, reduzindo o incentivo para que empresas incorporem práticas ambientais mais rigorosas.

Na análise dos casos e documentos consultados, observa-se que as empresas que adotam práticas consistentes de contabilidade ambiental, como a Petrobras, relatam avanços significativos em transparência, controle de passivos ambientais e engajamento com investidores e sociedade. Tais organizações demonstram que, quando há compromisso institucional e suporte técnico, a contabilidade ambiental contribui diretamente para a governança e para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Por fim, os resultados reforçam que a consolidação da contabilidade ambiental no ambiente empresarial depende de três fatores interligados: conscientização gerencial, fortalecimento da governança corporativa e aprimoramento das políticas públicas. Somente com esses pilares será possível transformar a contabilidade ambiental em um instrumento de gestão efetiva, capaz de unir desempenho econômico, responsabilidade social e preservação ambiental — conforme preconiza o modelo do Triple Bottom Line (Elkington, 1997).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

6.1 SÍNTESE DOS PRINCIPAIS RESULTADOS

A análise desenvolvida evidenciou que a Contabilidade Ambiental constitui uma ferramenta estratégica indispensável para organizações que buscam integrar a sustentabilidade em sua gestão. Verificou-se que, por meio do registro, mensuração e controle dos impactos ambientais, aliado à aplicação

de normas contábeis como o CPC 25, as empresas conseguem gerenciar riscos ambientais, identificar obrigações socioambientais e fornecer informações confiáveis para a tomada de decisões.

Os resultados também reforçam a aplicabilidade do conceito de Triple Bottom Line, demonstrando que o equilíbrio entre desempenho econômico, responsabilidade social e preservação ambiental é não apenas possível, mas essencial para o fortalecimento da imagem institucional e para a perenidade dos negócios. Dessa forma, a contabilidade ambiental se consolida como um instrumento de apoio à transparência, à governança e à criação de valor sustentável.

Além disso, constatou-se que a contabilidade ambiental amplia o papel tradicional da contabilidade ao incorporar variáveis não financeiras à análise de desempenho organizacional. Tal integração promove uma visão holística da empresa, em que os aspectos ambientais deixam de ser custos ou obrigações e passam a representar investimentos estratégicos voltados à eficiência, inovação e reputação corporativa. Essa perspectiva está alinhada às diretrizes do International Sustainability Standards Board (ISSB), que reforça a importância da padronização e da comparabilidade das informações de sustentabilidade nos relatórios corporativos.

6.2 RESPOSTA AO PROBLEMA DE PESQUISA

A partir dos resultados obtidos, conclui-se que a Contabilidade Ambiental é fundamental para empresas comprometidas com a sustentabilidade, pois possibilita identificar, mensurar e evidenciar os impactos das atividades empresariais sobre o meio ambiente. Por meio da aplicação de normas contábeis, como o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, torna-se possível reconhecer e gerenciar adequadamente os passivos ambientais, assegurando maior conformidade legal, eficiência operacional e responsabilidade socioambiental.

Além disso, o Triple Bottom Line reforça a necessidade de integrar as dimensões econômica, social e ambiental, promovendo uma visão mais ampla,

ética e sustentável da gestão corporativa. Assim, a Contabilidade Ambiental não apenas subsidia a tomada de decisões estratégicas com base em dados confiáveis, mas também fortalece a governança corporativa, a credibilidade institucional e o comprometimento das empresas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Conclui-se, portanto, que a contabilidade ambiental se revela um instrumento de transformação empresarial, capaz de alinhar desempenho econômico à responsabilidade socioambiental. Sua aplicação eficaz contribui para que as organizações evoluam de um modelo puramente econômico para um modelo sustentável, transparente e socialmente responsável, no qual a preservação dos recursos naturais e o respeito à sociedade tornam-se pilares essenciais da geração de valor no longo prazo.

6.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS E PERSPECTIVAS FUTURAS

Em síntese, a Contabilidade Ambiental representa mais do que uma ferramenta técnica de registro — ela é um instrumento de transformação e responsabilidade social, capaz de orientar as organizações rumo a um modelo de gestão verdadeiramente sustentável. Ao evidenciar de forma transparente os impactos ambientais e sociais decorrentes das atividades empresariais, a contabilidade amplia seu papel tradicional e se consolida como ponte entre a economia e o meio ambiente, promovendo uma relação mais equilibrada entre produção e preservação.

Dessa forma, o profissional contábil assume um papel estratégico na construção de uma economia verde, na qual o desenvolvimento econômico não está dissociado da ética, da cidadania e da conservação dos recursos naturais. A contabilidade ambiental, nesse contexto, surge como símbolo de uma nova consciência corporativa, voltada para a perenidade das empresas e para o bem-estar das futuras gerações.

Por fim, recomenda-se que novas pesquisas explorem a aplicação prática da contabilidade ambiental em diferentes setores produtivos, analisando indicadores de desempenho, custos de mitigação ambiental e impactos sociais

decorrentes das práticas empresariais. Assim, será possível fortalecer a integração entre teoria e prática, ampliando a contribuição da contabilidade para o desenvolvimento sustentável e para uma sociedade mais justa, transparente e ambientalmente responsável.

REFERÊNCIAS

- SILVA, Carlos Daniel Alves Mota da; LOPES, João Gabriel Gonzaga; LIMA, Millyan Kelly de Sousa; FEITOSA, Grasiel da Silva. **Papel da contabilidade nas ferramentas ambientais nas gestões sustentáveis das empresas.** Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação (REASE), São Paulo, v. 11, n. 6, p. 480-492, 2025. DOI: 10.51891/rease.v11i6.19693.
- ANDRADE, João Paulo; OLIVEIRA, Ana Lúcia. A Contabilidade Ambiental como Ferramenta Estratégica de Sustentabilidade. **Revista Brasileira de Contabilidade**, v. 50, n. 3, p. 115-130, 2021.
- BARBIERI, José Carlos. **Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos.** 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.
- BARBOSA, André Luiz; SOUZA, Maria Aparecida de. A relevância da contabilidade ambiental como ferramenta de gestão. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 13, n. 35, p. 45-60, 2019.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, 1988.
- BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2 set. 1981.
- BRASIL. Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 fev. 1998.
- BRASIL. Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404/1976 e da Lei nº 6.385/1976. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 dez. 2007.
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). **Pronunciamento Técnico CPC 25** – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Brasília, DF: CPC, 2009. Disponível em: <https://www.cpc.org.br>. Acesso em: 23 out. 2025.
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). **Pronunciamento Técnico CPC 09** – Demonstração do Valor Adicionado. Brasília, DF: CPC, 2008. Disponível em: <https://www.cpc.org.br>. Acesso em: 23 out. 2025.
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). **Pronunciamento Técnico CPC 26** – Apresentação das Demonstrações Contábeis. Brasília, DF: CPC, 2011. Disponível em: <https://www.cpc.org.br>. Acesso em: 23 out. 2025.
- CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (CONAMA). Resolução nº 01, de 23 de janeiro de 1986. Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes para o licenciamento ambiental. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 fev. 1986.
- COSTA, C. A. G. da. **Contabilidade ambiental.** São Paulo: Atlas, 2012.

ELKINGTON, John. **Cannibals with forks: the triple bottom line of 21st century business**. Oxford: Capstone, 1997.

FERREIRA, Marcos Vinícius. Contabilidade Ambiental e Sustentabilidade Empresarial. **Revista Científica de Administração e Contabilidade**, v. 12, n. 2, p. 89-104, 2020.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION (ISO). **ISO 14001:2015** – Environmental management systems: requirements with guidance for use. Geneva: ISO, 2015.

INTERNATIONAL SUSTAINABILITY STANDARDS BOARD (ISSB). **IFRS Sustainability Disclosure Standards** – IFRS S1 e S2. Londres: IFRS Foundation, 2021. Disponível em: <https://www.ifrs.org/issb>. Acesso em: 7 nov. 2025.

OLIVEIRA, Fernanda; SILVA, Lucas. Relatórios de Sustentabilidade e Padronização Internacional: avanços e desafios. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 16, n. 42, p. 77-94, 2022.

PETROBRAS. **Painel ASG** – Documento complementar ao Relatório de Sustentabilidade 2024. Rio de Janeiro: Petrobras, 2024. Disponível em: <https://petrobras.com.br/relatorio-de-sustentabilidade>. Acesso em: 7 nov. 2025.

RIBEIRO, Maísa de Souza. **Contabilidade ambiental**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2019.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade e gestão ambiental**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.